

A Sem-Terra

A publicação das fotos de Débora Rodrigues, uma militante do Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST), nua em uma revista masculina tem sido centro de uma grande polêmica nos últimos meses, envolvendo as lideranças do movimento, a própria militante, a imprensa e a opinião pública em geral. O que mais causa surpresa em toda esta polêmica é o fato de que a galeria de mulheres que têm posado nuas para a mesma revista está repleta de respeitadas atrizes, atletas olímpicas e outras mulheres que atingiram notoriedade, sem que isso tenha provocado qualquer surpresa ou comentário pejorativo. Por que então, de repente, as fotos de Débora Rodrigues tomaram um sentido tal que parece ter sido ela a primeira mulher a expor seu corpo nu na referida publicação?

Neste Ponto de Vista gostaria de explorar alguns temas inspirados pela polêmica e por uma indignação pessoal com a falta de respeito com que vem sendo tratada Débora Rodrigues. Em primeiro lugar, levantarei alguns pontos relacionados com a questão da pornografia e exploração comercial da nudez; em um segundo momento, discutirei, ainda que rapidamente, as formas pela quais se trata de impor, no interior de certos tipos de movimentos políticos e/ou sociais, modelos comportamentais e, finalmente, apontarei os efeitos limitantes desse tipo de arranjo para possíveis articulações de lutas políticas no fim do século.

A discussão que se forma em torno da nudez de uma mulher publicada em uma revista masculina envolve um conjunto de posições complexas e contraditórias: de um lado, estão aqueles que associam a nudez a liberação, a senso de oportunidade, a trabalho de qualidade artística; de outro, encontra-se desde o moralismo religioso mais simplório que associa nudez a

Sem-Roupa!¹

¹ Este texto contou em sua primeira versão com as cuidadosas e competentes leituras de Rosa Maria Bueno Fisher e Albertina de Oliveira Costa. Tratei de incorporar na versão que ora apresento suas procedentes observações críticas. As teimosias e provocações, entretanto, são de minha inteira responsabilidade.

pecado até elaboradas teorias feministas sobre a pornografia. Tudo isto mediado por questões que envolvem contraditoriamente os chamados valores familiares e a moral burguesa. A questão, portanto, provoca opiniões nos mais variados setores da sociedade. Parece que ninguém fica indiferente a ela.

Para avançar nessa discussão e expor com mais clareza minha posição, gostaria de começar fazendo algumas colocações a respeito da questão da pornografia. O problema é particularmente difícil de ser enfrentado pelas feministas, que têm tido uma constante luta contra a exploração do corpo da mulher. Parte significativa do feminismo tem se colocado contra toda e qualquer expressão do que se poderia classificar de pornografia. O feminismo norte-americano tem tomado uma posição radical contra a pornografia, significando-a como expressão acabada da dominação sexual dos homens sobre as mulheres. Este mesmo feminismo produz dados que apontam para o fato de que apenas 7,8% das mulheres no país não foram sexualmente assediadas². Em alguns ambientes nos Estados Unidos, a questão do assédio sexual tomou proporções de verdadeiros códigos de conduta que fariam o mais ingênuo flerte entre homens e mulheres do início do século parecer um ato libertino. O feminismo norte-americano está colocando a sexualidade heterossexual literalmente contra a parede.

No Brasil, entretanto, a pornografia não tem tido a mesma centralidade no discurso feminista. Não seria difícil elencar um conjunto de razões para isto, que variam desde razões de ordem social, política, econômica até razões de ordem cultural. Os temas centrais do feminismo no país têm estado fortemente informados pela questão social da exclusão, que se, por um lado,

² Este dado consta em um artigo de Catherine MacKinnon, *Sexuality, Pornography and Method*. Segundo a autora, foi obtido a partir de uma pesquisa feita com uma amostra de 930 donas-de-casa em São Francisco. In: SUNSTEIN, Cass (ed). *Feminism and Political Theory*. Chicago: University of Chicago Press, 1990.

não diminui a problemática da exploração sexual, até pelo contrário, por outro, certamente a coloca em patamares diversos. No Brasil como nos Estados Unidos existe prostituição, pornografia, assédio sexual, todos sem dúvida marcados pela dominação masculina e, em ambos os países, assim identificados pelos movimentos feministas respectivos. Mas isto no Brasil não resultou em uma cruzada moralista e nada leva a crer que se esteja traçando um caminho para se chegar a ela. Como, portanto, posicionar-se frente a um evento concreto como o que foi protagonizado por Débora Rodrigues?

O apoio por simples solidariedade de sexo parece ser muito tímido e realmente me causa um certo mal-estar, em primeiro lugar porque reforça o estigma de vítima: a mulher desprotegida frente a uma máquina poderosa. Nesta situação, caberia à mulher "consciente", feminista, prestar seu apoio e solidariedade. Em segundo lugar, é preciso considerar que esse apoio pode derivar-se do fato de que a mulher em questão pertence a um dos mais importantes movimentos populares do Brasil contemporâneo, daí que setores progressistas da população não deveriam aumentar as já poderosas fileiras dos críticos ao MST. Outra alternativa seria sacrificar Débora para "salvar" o movimento; aliás, foi isto que as lideranças do MST fizeram.

Apoiar a atitude de Débora porque ela é vítima, ou porque o MST não pode ser criticado, é abrir mão de discutir a verdadeira questão, que é a de analisar os significados de uma decisão de ordem pessoal, dentro de um movimento social como o dos sem-terra. Um bom exemplo para mostrar a amplitude desta questão é a postura dos chamados militantes da esquerda em geral, que tendem a atribuir ao militante, e principalmente ao militante das classes populares, uma retidão de comportamento. Em todos os momentos, em todos os atos, espera-se do militante um comportamento segundo uma cartilha de conduta impecável, que, quando não seguida, revela o impostor.

Apóia-se sem reserva os sem-terra, mas exige-se que, além de sem-terra, essas pessoas sejam honestas, trabalhadoras, não façam arruaças, não se imaculem no mundo da competição capitalista, não vençam na vida, não ganhem dinheiro. Que lutem pela terra, mas que sejam bons, politicamente corretos, modelos de vida e comportamento. Assim se faz com todos os oprimidos: atribuem-se aos oprimidos altas qualidades, para então apoiá-los. É incrível com que naturalidade ouve-se defender o negro, devido a sua contribuição cultural e de trabalho ao Brasil. Trata-se de equívocos primários, pois o que se está a dizer é que, se não tivessem contribuído, poderiam ser marginalizados,

discriminados, excluídos. Os exemplos poderiam se multiplicar; parece que nessa ordem das coisas os excluídos necessitam de um currículo de serviços prestados e de qualidades enobrecedoras, para poderem ter direito aos direitos que os incluídos sempre tiveram, sem nunca terem necessitado provar que deles são merecedores.

Pode parecer que estou propondo que se apóiem os feios, sujos e malvados. É isto mesmo, estou propondo que não dividamos o mundo em capitalistas - maus, decadentes, promíscuos e indecorosos - e proletários - bons, decentes, dedicados ao bem comum, preocupados com o coletivo, criadores dos verdadeiros valores culturais. Ora, dirá a leitora ou leitor, isto é caricato. Sim, na verdade é caricato. Mas quando vemos as reações de espanto frente a um gesto cotidiano entre as mulheres populares e bonitas deste país, só porque uma mulher do Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra é a protagonista, não posso me furtar de observar que se continua a pensar a militância e os excluídos em geral de forma moralista, a partir de tipos ideais sem nenhuma chance de realidade.

O que pretendo fazer aqui não é uma exegese do ato de Débora. Não vou buscar provas, não vou investigar sua vida, nem vou buscar suas intenções. Não quero construir parâmetros para apoiá-la ou acusá-la de um erro, mesmo que perdoável. O que quero fazer aqui é discutir a questão em outros termos. Talvez a melhor forma de colocar esses termos seja a seguinte: o que a polêmica revela é uma imensa resistência de pensar a luta política e os sujeitos nela envolvidos de uma forma polissêmica. Identificam-se as profundas fissuras e os limites dos modelos totalizantes de sujeitos harmônicos, completamente subjetificados por uma causa, mas continua-se exigindo, pelo menos daqueles nos quais projetamos nossas aspirações, um comportamento que os façam superiores, merecedores de nossa admiração.

Poderia continuar discutindo a pornografia, a posição do feminismo frente a ela, as possíveis releituras etc., mas não vou fazê-lo, pelo simples fato de que não vejo esta como uma questão central na presente polêmica. Dos grupos que têm discutido a pornografia como uma forma de opressão à mulher, Débora tem tido, senão apoio, pelo menos solidariedade. Quanto aos que se apressaram a condená-la, o fizeram a partir de um julgamento da pessoa de Débora frente às qualidades do coletivo. Essa posição, compartilhada igualmente por homens e mulheres, revela, sob a mal disfarçada fachada de "postura política", a velha distinção entre as "prostitutas e as santas", "a mãe de

meus filhos e as outras". Quando um dos principais líderes do MST condena Débora, está apenas repetindo a cultura moralista e sexista presente em muitos cultos religiosos, que pregam um controle rígido sobre o comportamento feminino. O apedrejamento da prostituta, da adúltera, simbólico ou não, está presente em religiões como a católica e a muçulmana, entre tantas outras.

Situações como essas suscitadas pela decisão pessoal de uma militante do Movimento dos Sem-Terra, de posar nua para uma revista masculina, traz para o centro da discussão a questão de como podemos construir, na sociedade fragmentada e complexa do fim do século, lutas populares e/ou identitárias capazes de pôr em xeque estruturas de poder altamente sedimentadas. Até onde velhas exigências quanto ao comportamento de cada indivíduo, para constituir a unidade, não são antes de tudo um grande freio para qualquer organização que queira transcender corporativismos, presentes muitas vezes nos movimentos sociais?

Para responder a essas questões deve-se considerar três posturas que têm informado a segunda metade do século XX, sobre possibilidades e limites da luta política, principalmente aquelas que envolvem princípios de justiça social e democratização das relações de poder: a primeira postura é a que não reconhece diferenças no interior das lutas dos oprimidos; a segunda é a que de uma forma nillista vê apenas um grande jogo no mundo das diferenças, sem possibilidade de articulação entre elas; a terceira busca articular as diferenças em lutas comuns.

A primeira postura foi típica da militância partidária de esquerda pós-guerra e teve também presença muito forte em movimentos sociais de caráter identitário - os movimentos das feministas das décadas de 70-80 é exemplar neste aspecto. O militante, o adepto, para poder ser aceito no grupo, não deveria apenas identificar-se com as idéias e as lutas, com a "ideologia", mas deveria ter um determinado modo de ser, de sentir, de se comportar. No interior do grupo, a diferença não era admitida, a diferença era muitas vezes vista como sinal de traição. Em nome da igualdade, as relações de poder - efeito de relações entre os gêneros, entre etnias, entre diversas culturas - não eram significadas; eram vividas quando emergiam no cotidiano, com o diversionismo. É interessante perceber que, nos grupos políticos de extrema esquerda, o não reconhecimento das diferenças fazia com que as lideranças acabassem sempre na mão de homens, brancos, heterossexuais, a exemplo do que acontece na liderança dos pactos mais conservadores do espectro político. Se os homens brancos e heterossexuais são os ideólogos e formam as

lideranças, a identidade dos militantes deve ser constituída a partir da identificação com o pensamento igualitário que aqueles professam.

O MST, apesar de não ser nem um partido político, nem um movimento identitário *stricto sensu*, parece muito próximo deste modelo. Sua disciplina férrea – que, diga-se de passagem, é em grande parte responsável pela estratégia exitosa de ocupações de terra – combina aspectos da organização partidária leninista com os da Igreja Católica da qual está muito próximo. Na lógica do MST, qualquer diferença é desvio.

A pergunta que vem à mente, quando se enfrenta este quadro, é se o MST necessita de uma moral sexual própria, para legitimar a sua luta; para ter direito à terra não basta ser camponês sem-terra, disposto a viver em barracas, sacrificando sua vida e de suas crianças; se além disso, todos devem ter uma moral sexual única, um único modo de pensar e possivelmente até de sentir.

A contrapartida da postura unitária seria aquela que vê o fim do século como o momento de grande fragmentação, em que as diferenças se multiplicam. Em outra oportunidade discuti detalhadamente a proliferação das diferenças, onde busquei mostrar que há uma certa ingenuidade em festejá-las sem um olhar crítico. Entre outros efeitos dessa proliferação, aponte para a possibilidade de perda do poder de representação coletiva: na medida em que o conteúdo comum começa a se fragmentar em múltiplas identidades, este perigo é real, pois cada um só poderia, em última instância, representar a si próprio. No caso do MST, a força simbólica do movimento se ancora decididamente na figura unitária do camponês sem-terra. Mas pensar que o MST não pode conter a mulher sem-terra, o negro sem-terra, o índio sem-terra etc., sob pena de perder sua identidade é colocar o próprio movimento em uma situação difícil. Tome-se o caso, por exemplo, da mulher sem-terra. O que unificaria essa condição seria o fato de ela ser mulher ou de ser sem-terra? Paralelamente, deveria ser o movimento feminista o espaço de luta por terra para a mulher? Ou deveria ser o movimento dos sem-terra o espaço de luta pelos direitos das mulheres?

A resposta a essas perguntas, aparentemente distantes da questão que ensejou este texto, é de grande valia para avançarmos. Tal resposta, entretanto, não é linear, pois aceita simultaneamente um não e um sim.

A resposta seria **não** na medida em que os movimentos, para se instituírem, lutarem por suas demandas, abrirem espaços de poder, ter voz, necessitam ter uma identidade em que todas as diferenças precisam ser incompletas, isto é, precisam ter uma interface

que as iguale. Este meu argumento pode parecer contraditório com o que vinha afirmando anteriormente, de que não é possível não reconhecer as diferenças; mas a contradição é apenas aparente. O que unifica as mulheres sem-terra, os negros sem-terra, os índios sem-terra, não é o fato de serem mulheres, negros e índios, mas o de não terem terra. O fato de serem mulheres, negros e índios, constitui as diferenças, e exatamente por isto não pode unificá-los, pois levaria ao apagamento de suas identidades. E mais, por existirem essas identidades, a resposta é também **sim**. O movimento feminista não vai lutar por terra, mas deve incorporar as diferenças das mulheres sem-terra, das mulheres sem-trabalho, das mulheres negras etc..

Esse jogo de incorporações mútuas leva à discussão da terceira via apontada anteriormente: a que, sem excluir as diferenças, constitui espaços de luta. É no limite desta estratégia que a questão particular da nudez de uma militante dos sem-terra numa revista masculina ganha sentido. A reação nervosa da liderança masculina dos sem-terra ao fato, expulsando Débora das fileiras do Movimento, a desclassificação da mulher por seu comportamento por parte de setores da esquerda, a solidariedade feminista, todas estas atitudes apontam para uma postura que não incorpora a diferença, onde no máximo os atores avançam até a tolerância. A mulher militante do MST, além de ser sem-terra, além de morar em acampamentos, além de ser constantemente ameaçada, como os demais integrantes do movimento, pela violência policial, tem de ter uma moral sem-terra, pode ser certamente mãe, esposa, religiosa, mas nunca uma trabalhadora do sexo, por exemplo. Esta não pode ser sem-terra. Por que? Aqueles que expulsaram Débora do Movimento devem ter a resposta. Resposta esta que é o próprio limite político do movimento, que aponta para o fechamento e para uma espécie de corporativismo. Mas isto já é assunto para outro Ponto de Vista.

Os processos de exclusão vivenciados pelas classes populares, como conseqüências das rearticulações do capitalismo neste fim do século, estão a exigir respostas políticas capazes de articularem lutas esparsas e construir projetos e pactos antagônicos e alternativos ao que vige neste momento. Se isto é verdadeiro e necessário, entretanto, não pode vir associado às velhas formas autoritárias, que não tomam em consideração a complexidade dos atores. Exigir que os militantes de movimentos limitem suas vidas à expressão da vontade da ideologia de um movimento, de uma liderança, é, antes de tudo, revelar a incapacidade do movimento em romper com seus princípios corporativos, é a expres-

são de sua própria limitação. O caso Débora Rodrigues, certamente, não tem importância, nem peso para abalar a estrutura do MST, ou de qualquer outro movimento. Mas, sem dúvida, não deixa de ser simbólico, tanto da limitação de um movimento, que se mostra incapaz de incorporar qualquer comportamento alternativo, como da perversidade do linchamento moral que este tipo de organização permite que uma sociedade machista e reacionária, concentradora de terras e riquezas, execute em relação a um de seus membros.